

CONGRESSO

Senado adia decisão sobre combustíveis

Relatório do senador Jean Paul Prates, que reúne dois PLs e traz propostas voltadas para a estabilização dos preços, deve ser analisado depois do carnaval

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

O Senado adiou, ontem, pela segunda vez, a votação do relatório que traz propostas para estabilizar o preço dos combustíveis e evitar que flutuem com base na cotação internacional do petróleo — que vem impactando o bolso do consumidor e pressionando a inflação. A Casa deve retomar as discussões depois do carnaval.

O relator Jean Paul Prates (PT-RN) uniu as duas matérias que tramitavam na Casa: o PL 1.472/2021, que implementa um fundo de estabilização de preços, e o PLP 11/2020, que trata sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele promoveu alterações nos textos para tentar reduzir as resistências e viabilizar a votação.

“É natural que as pessoas desistem para a complexidade do projeto. Chegou ali no Plenário, existem dúvidas e inseguranças. Mas vamos dar uma última chance agora. Passou o carnaval, (na) primeira sessão (deverá haver votação)”, explicou Prates, logo após o adiamento da sessão.

O senador acrescentou ao PL 1.472 a simplificação do ICMS em todo território nacional — uma espécie de monofasia — para gasolina, etanol, diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), gás liquefeito de gás natural (GLGN) e querosene de aviação (QAV). No PLP 11/2020, Prates propôs a criação de um período de transição, até 31 de dezembro deste ano, para a monofasia. Sugere que o preço do diesel e do biodiesel será a média dos últimos 60 meses.

Em Plenário, os senadores discordaram de que as duas propostas deveriam ser votadas juntas. Houve pedidos para que fossem desmembradas.

“Há um compromisso do governo de uma análise profunda. O governo, hoje, quer participar da discussão. Está pedindo que concordem que volte o projeto e a votação seja na primeira semana depois do carnaval para

Roque de Sá/Agência Senado



Petista rejeitou a sugestão de votar separadamente os PLs. Segundo ele, se completam



É natural que as pessoas despertem para a complexidade do projeto. Chegou ali no Plenário, existem dúvidas e inseguranças. Mas vamos dar uma última chance agora. Passou o carnaval, primeira sessão

Senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator da junção das matérias

chegarmos aos pontos de acordo junto ao Ministério de Minas e Energia”, explicou o senador Carlos Viana (MDB-MG) após solicitar o desmembramento.

O relator não acatou aos pedidos e explicou que, apesar de o PL 1.472 ser mais importante para ir à votação, por se tratar do preço final do produto, o PLP deve estar junto porque, senão, entrará em um “limbo”. “Os projetos caminham juntos, um sobre tributo que é acessório do preço final, e outro é sobre o preço principal. Nós já chegamos a aparar todas as arestas, inclusive, do imposto de exportação”, disse.

Estados

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) chegou a divulgar uma nota contrária à aprovação do PLP 11. Segundo o diretor-institucional da entidade, André Horta Melo, a causa do aumento dos

combustíveis não são os impostos.

“A causa é a política de preços da Petrobrás. Isso aumenta o preço do combustível e torna muito mais volátil o mercado”, explicou. Outro motivo que levou à discordância da proposta, segundo o representante do Comsefaz, é a possibilidade de que a medida acabe retirando verbas dos estados. Atualmente, o ICMS de combustível é calculado pela média do preço praticado ao consumidor final, sofre reajustes quinzenais e acompanha as flutuações dos preços no mercado.

Prates negou que haja pressão dos governos estaduais para impedir a tramitação dos projetos. “Os governadores foram ouvidos o tempo todo. Talvez, num momento mais próximo da votação, tenham um ou outro trazido alguma dúvida para seu representante. É natural que o governador traga suas questões para os senadores e peça para que segure mais”, argumentou.

Reforma tributária: opiniões divididas

» DEBORAH HANA CARDOSO

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) leu, ontem, o parecer da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que busca modernizar a arrecadação de impostos de União, estados e municípios. A votação deve ocorrer somente depois do carnaval, mas, nos bastidores, muitos acreditam que a matéria chegue a consenso e seja votada este ano.

O tema foi debatido por mais de um ano e, na matéria, foram protocoladas 202 emendas — dessas, 33 só em fevereiro. Analisando o relatório de Roberto Rocha, o tributarista Joaquim Rolim Ferraz, do escritório Juveniz Jr. Rolim Ferraz Advogados, explicou que a proposta é bem diferente daquela que a equipe econômica queria. “(O ministro Paulo) Guedes queria tributar lucros e dividendos e dar um novo nome à CPMF. O Senado reorganizou o sistema tributário e não trouxe uma real mudança, não diminuiu a carga”, explicou. O ex-secretário de Tributação de Natal (RN) e sócio da MRD Consulting, André Luís Macêdo, concorda com a avaliação e considera que a proposta elaborada pelo senador apenas promove uma rearrumação.

“A equipe econômica queria desonerar a folha de pagamento, o que também não ocorreu”, observou.

Ferraz e Macêdo explicaram que há pontos a serem comemorados, como a transparência que

Rearranjo dos impostos

- » Criação do IVA dual, que será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços/CBS — cobrado no âmbito federal — e pelo Imposto sobre Bens e Serviços/IBS, que reúne tributos arrecadados nos estados e nos municípios;
- » A CBS substituirá o PIS e a Cofins;
- » O IBS reunirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e o Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal). São duas as propostas de transição para o novo tributo: uma, de sete anos para implantação;

- outra, de 40 anos com duas fases de 20 anos;
- » O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) torna-se seletivo;
- » Impostos antes pulverizados serão unificados, algo que, segundo tributaristas, assegura transparência na cobrança;
- » Investimentos e exportações podem ter desoneração total;
- » Imposto incidente sobre as famílias de baixa renda podem ser devolvidos;
- » Criação de um imposto incidente sobre produtos

- prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente;
- » Cobrança de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de embarcações e aeronaves;
- » Progressividade para os impostos incidentes sobre heranças e doações;
- » Até 2032, destinação prioritária dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional às empresas que dispõem de incentivo fiscal via redução de ICMS;
- » Está prevista a criação de um imposto em substituição ao IPI.

o sistema tributário assume, devido à unificação dos impostos — acabando com a pulverização do sistema atual. Para Ferraz, a proposta de estabelecer um prazo de 40 anos (em duas fases de 20) para implementar o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) faz com que o efeito positivo da reorganização tributária seja lento. “Um engarrafamento de modalidades tributárias”, lamentou Macêdo.

Já para o diretor institucional do Conselho Nacional de Política Fazendária (Consefaz), André Horta Melo, o texto conta com o apoio integral do colegiado.

“Uma cobrança justa”, afirmou. Para ele, tributar na origem do produto ou serviço — como no regime atual — é um erro histórico. Com a mudança da incidência para o destino, os estados poderão atender suas vocações.

Variação

O relatório de Roberto Rocha abre caminho para resolver a tributação sobre os combustíveis, que varia entre as unidades da Federação — o que faz com que os preços, sempre que a Petrobras acompanha a cotação no

mercado internacional, impactem pesadamente o bolso do consumidor. Segundo Ferraz, o texto do senador quer fixar um único imposto por litro.

“Vamos supor que o governo determine que seja R\$ 1,2 por litro. Será só aquilo”, salientou. Vale explicar que, hoje, o ICMS incide sobre vários insumos — como frete, revenda e lucro — e pode chegar a 34%. A alteração poderia aliviar o consumidor e pouco impactaria o caixa da estatal. Porém, novamente, poderia afetar a arrecadação dos estados, que têm no ICMS o principal tributo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Eleições presidenciais serão em alta tensão

A campanha eleitoral nem começou, mas a tensão entre Jair Bolsonaro e os ministros Édson Fachin, que acaba de assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Alexandre de Moraes, que presidirá a Corte durante a votação, aumentou. O presidente da República não foi à posse de ambos e, ontem, o secretário-geral da Presidência, general Luiz Ramos, criticou Fachin nominalmente. Na mesma linha, durante evento do banco BTG Pactual, Bolsonaro fez novos ataques direcionados aos ministros do Supremo, sem citar nomes.

“Nós precisamos de paz para ter liberdade e devemos lutar por isso. Não vai ser o chefe do Executivo que vai jogar fora das quatro linhas, mas, por favor, dois ou três no Brasil: não estiquem essa corda. Vocês vão ter que vir para as quatro linhas. Afinal de contas, todos nós temos limites”, declarou. A referência é endereçada também ao ex-presidente da Corte, Luís Barroso. Bolsonaro arrematou: “Alguns poucos, dois ou três, acham que não têm limites e ficam brincando de nos controlar, de desrespeitar a nossa Constituição.”

Bolsonaro está inconformado com a continuidade das investigações sobre fake news, que atingem diretamente seus operadores nas redes sociais. Questionou a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que desacatou os ministros do Supremo e defendeu a volta do Ato Institucional nº 5, que institucionalizou o regime militar. Também reclamou da desmontagem de sites de internet de seus seguidores, a partir de um acordo entre o TSE e as principais redes sociais: Google, Facebook, TikTok, Instagram e Twitter. Somente ficou de fora o Telegram, rede de relacionamento russa, sem representação oficial no Brasil.

Ontem, Moraes enviou ao Ministério Público Federal (MPF) um pedido de investigação do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) sobre a viagem do vereador carioca Carlos Bolsonaro a Moscou. Responsável pela gestão das redes sociais do pai, o filho 02 é considerado o grande artífice da vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018. A oposição suspeita que tenha viajado para contactar hackers russos, que possam vir a ser contratados para a campanha eleitoral.

Bolsonaro voltou a dizer que as urnas eletrônicas não são confiáveis. “Onde vamos chegar? Se temos um sistema eleitoral que você pode não comprovar que é fraudável, mas não tem como comprovar também que não é”, disse. Os ataques ao sistema eleitoral, para os ministros do Supremo, sinalizam a disposição de não aceitar o resultado das urnas por parte de Bolsonaro.

Fachin quer promover o esclarecimento da população sobre a segurança das urnas. Em entrevista coletiva, o novo presidente do TSE disse que a Corte “será implacável a ofensas injustificadas ao sistema eleitoral”. Segundo ministro, o TSE agirá se a própria instituição estiver sendo injustamente atingida. “Propagar dúvidas afirmando-se que há provas, quando não há, significa ter mais efeitos do que uma crítica política”, disse.

Radicalização

Preocupado com o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de opinião, Bolsonaro também subiu o tom dos ataques ao PT no evento do BTG Pactual, porém, sem citar o partido: “A gente sabe o que vai acontecer se os bandidos voltarem”. As últimas pesquisas mostram que a distância entre ambos diminuiu, o que aponta uma tendência de cristalização da polarização com Lula. Bolsonaro quer consolidar sua presença no segundo turno, quando acredita que possa capitalizar o antipetismo de seus adversários de centro, principalmente de Sergio Moro (Podemos) e João Dória (PSDB).

As últimas pesquisas também acenderam um sinal de alerta no PT, que andava com salto alto, por causa da expectativa de poder gerada pelo favoritismo de Lula. A presidente do partido, Gleisi Hoffman, está prevendo uma campanha muito dura e pede mais engajamento. Lula dá sinais de que pretende ampliar sua campanha para vencer no primeiro turno. Seria algo inédito. O esforço tem muito a ver com o medo de um realinhamento de forças que leve os eleitores dos candidatos de centro a descarregarem os votos em Bolsonaro.

Essa é a aposta dos estrategistas da campanha do presidente, que sobe o tom contra o PT tendo como eixo o tema corrupção. Com isso, Bolsonaro mata dois coelhos: obriga Lula a atuar mais nos bastidores, para não aumentar a rejeição, e se coloca como alternativa ao antipetismo que alimenta as candidaturas de centro. O resultado dessa linha de atuação será mais radicalização política, o que também leva água ao moinho da não aceitação do resultado das urnas, como fez Donald Trump, o presidente republicano, ao ser derrotado pelo democrata Joe Biden, atual presidente dos EUA.